

EIXO 5 POLÍTICA EDUCACIONAL, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE CULTURAL E SOCIAL

IDENTIDADE E RACISMO: AS RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS DE PODER

Luciana Augusto Barreto

Universidade Federal da Paraíba

lucianaaubar@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo discute como identidades são construídas no curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba após a implantação da Resolução 06/06 que instituiu cotas sociais, considerando que as relações de poder se materializam no racismo institucional e nas práticas intersubjetivas. Utilizou-se a Analítica Foucaultiana como metodologia e entrevista semi-estruturada como técnica de coleta com estudantes e professores para descortinar relações ético-raciais desiguais. Concluiu-se que no curso ainda manifesta-se a falsa democracia racial e o universalismo jurídico, ao negar a presença da discriminação e do preconceito em detrimento da igualdade material entre seus pares e professores.

Palavras-chave: Identidade; Curso de Direito; Racismo; Relações de poder.

1. INTRODUÇÃO

As grandes transformações ocorridas nos últimos trinta anos podem ser sentidas sob variados aspectos, acarretando implicações desde a escala global, com novas relações econômico-sociais e de soberania, até em nível pessoal com a (re) construção de novas identidades, cambiantes e mutáveis. Diante desse cenário, um questionamento se faz acerca do sujeito social e suas perspectivas: como o sujeito se percebe e como se apresenta diante do outro? De que formas são marcadas as posições-de-sujeito ante o projeto globalizante, que ora pode massificar ou criar marcadores de resistência? A identidade está, portanto, no centro dessas questões e se articula indissociavelmente à diferença.

A identidade é conceito de difícil construção, visto que pode ser encarada mediante paradigmas teóricos que se encontram em profundo paradoxo: ser identificada como diferença na sociedade, mas partilhando e absorvendo dela significados e valores que (re) afirmam sua igualdade e pertencimento. Segundo Le Breton (2010), através do corpo tem-se a materialização dos significados e sentidos que compõem as sociedades, evidenciando os gestos e tradições dos grupos; as apropriações do mundo, sua representação; o simbólico que cerca o corpo e seu ator é objetivado através da linguagem e dos seus sistemas. A identidade, portanto, é relacional, construída com e a partir do outro. Por se concretizar complementarmente no “eu” e no “outro”, destaca a diferença, que, por sua vez, exerce-se na exclusão. Daí que se delimita uma fronteira

tênue entre o que o sujeito é ou pode vir a ser e aquilo que não pode ser através da exclusão do outro de si (WOODWARD, 2011).

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vividas” nas relações sociais (WOODWARD, 2011, p. 14).

A diferenciação social é marcador fundamental na construção da identidade, vez que estratifica o sujeito nas relações materiais, na condição econômica, nos padrões de vida, na sexualidade, na etnia ou na raça. A autora aponta que a *diferença* destaca o sujeito para incluí-lo ou não em determinado contexto: é que a identidade, não sendo unificada, pode ser representada em múltiplos papéis sociais, convergentes ou não. O significado constitui fonte direta de identidade para seus atores; os papéis sociais são influenciados pelas instituições que compõem a sociedade. Ambos- identidade e papéis sociais- atuam na criação contínua do sujeito, que está situado num determinado contexto histórico.

Nesse sentido, buscou-se investigar como as identidades são construídas na Universidade Estadual da Paraíba, especialmente no curso de Direito, uma vez que, muito embora esta universidade tenha sido a primeira no Estado a adotar Ações afirmativas sociais, ainda não prioriza a questão étnico-racial como responsabilidade de todos, inclusive da academia. A Resolução 06/06 da UEPB implantou o sistema de cotas sociais para alunos advindos da rede pública, favorecendo a inclusão desses alunos no ambiente universitário. Entretanto, muito embora seja salutar tal medida, questionamos que a porção “racial” nesta modalidade de política fica escamoteada, diluída na questão econômica.

O curso de Direito é tomado socialmente como uma das graduações de maior prestígio, sendo cobiçado pelos jovens e suas famílias, na medida em que representa status social e possibilidade de retorno financeiro. Nessa medida, as relações intersubjetivas são construídas a partir de um modelo de dominação próprio de sua pedagogia, que durante muito tempo ressaltou o “universalismo” como base de sua doutrina. Com a maior visibilidade das políticas de Ações afirmativas e sua larga aplicação atualmente, é posto em cheque o ambiente universitário, que sempre foi caracterizado pela meritocracia e exclusão étnico-racial.

Esta pesquisa busca descortinar as relações intersubjetivas entre alunos e professores do curso de Direito da UEPB, considerando as posições-de-sujeito que cada

um ocupa: o aluno cotista, o não-cotista e o professor. Para tanto, utilizou-se a analítica foucaultiana como metodologia a partir das reflexões acerca do sujeito e das relações de poder que são produzidas no interior do grupo (aqui o curso de direito). Os alunos (cotistas e não-cotistas) foram submetidos à entrevista semi-estruturada discutindo qual seu local na instituição e como são vistos de per si e por seus pares. Os professores também foram entrevistados acerca do racismo e do preconceito, bem como sobre o currículo e a inclusão social que se espera de um curso universitário. O universo da pesquisa contou com 6 (seis) professores do curso de direito e com 6 (seis) alunos. A entrevista foi realizada com a primeira turma de alunos cotistas da UEPB, tomando por base o percentual de 10% destinado às cotas estabelecido pela Resolução 06/06.

2 IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO

Para Castells (20010, p. 23), a identidade será sempre algo construído, processual, relacionado aos aparatos estatais, sociais e também pessoais, sendo um catalisador de significados: “todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social”. Para o autor citado, o processo criador das identidades está ambientado num espaço demarcado pelas relações de poder e que, dessa forma, a recepção das influências varia mediante a autoconstrução e individualização vivenciadas pelos sujeitos. Para ele, há três tipos de formas e origens de construção de identidades, a saber: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto.

A *identidade legitimadora* apresenta-se como formulação de condutas e padrões sociais introduzidas pelas instituições dominantes da sociedade com a finalidade de manutenção das relações de dominação e seu desenvolvimento. A *identidade de resistência* caracteriza-se por ser produzida a partir de posições desvalorizadas e através do estigma sofrido constrói princípios diferentes que os dominantes, demarcando outros espaços e lugares para além da subordinação; é considerada como a mais importante porque origina formas de resistência coletiva diante da opressão. A *identidade de projeto* ultrapassa a de resistência por construir uma nova identidade social a partir do substrato cultural que experimenta e altera as posições de mando, modificando, assim, as relações de poder dentro da sociedade (CASTELLS, 2010, p.24).

A utilização de ações afirmativas ilustra a passagem da identidade de resistência para a de projeto por estabelecer novos atores sociais e dar suporte à convivência universitária, que produz outras identidades mais plurais. Mesmo sendo fruto de uma legislação (e, portanto, estatal) trata-se de consequência direta de novas identidades que reivindicam outras colocações dentro e fora do mundo acadêmico.

De acordo com Foucault (2005, p. 33), ao estudar o poder e suas relações, deve-se perseguir como as coisas acontecem no procedimento da sujeição, relacionando como se constituíram “a partir da multiplicidade dos corpos, das forças das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc.”. Nessa medida, o sujeito é um efeito do poder e também seu vetor na tessitura das identidades. O que faz com que um seja “súdito” e outro “servo” está situado no interior das relações, nos fenômenos, nas técnicas e nos procedimentos do poder. Esse poder não está circunscrito, evidentemente, ao âmbito estatal ou global; ao contrário, ele se desenvolve em ascese, através da circulação de saberes e de valores nas camadas inferiores da sociedade, nos circuitos que envolvem a família, a escola, o trabalho.

Outras visões acerca dos processos de construção da identidade estão relacionadas a posturas essencialistas ou não-essencialistas. Uma visão essencialista da identidade considera que suas bases são fixas, valendo-se da história e da biologia para embasar “verdades” inquestionáveis. Na perspectiva não-essencialista a identidade é construída por marcadores fluidos e mutantes: ela transforma-se relativizada quanto ao seu referencial.

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e representações constroem lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2011, p. 18).

Assim é que a identidade é atravessada pelos sistemas simbólicos, relações sociais, relações econômicas, enfim, culturais. A cultura, central nesse processo por ser agente simbiótico da representação, constrói e desconstrói inclusive na falta ou na articulação de modelos para uma identidade ou “crise de identidade”. As práticas de significação fazem com que sejam produzidas várias identidades e também a possibilidade de “escolha” de subjetividade. Entretanto, a decisão vincula-se diretamente às relações de poder a que o sujeito está submetido, formulada no diálogo entre o cotidiano e a posição-de-sujeito que ocupa.

Para Hall (2011, p. 104), ao considerarmos a identidade sob o prisma não-essencialista, devemos tomar alguns conceitos-chave “sob rasura”, isto é, “borrando” suas margens, suas demarcações, suas certezas que não foram desconstruídas dialeticamente. Não se trata, pois, de abandonar determinados conceitos que são/foram fundamentais para o processo identitário, mas, ao invés disso, usá-los mediante novas leituras. Ainda, encarar o sujeito diante de outras posições, agora descentradas e cambiantes. No jogo do poder dentro das sociedades a identidade acaba por se apresentar mais como resultado da marcação da diferença e da exclusão, do que como um signo de unidade: assim é que as identidades são construídas também e a partir do que lhes falta “mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (HALL, 2011, p. 109).

Nas universidades, agora diante de novos atores sociais via ações afirmativas, as relações de poder e de intersubjetividade passam a reorganizar sua lógica distintiva de exclusão, virando palco para outro discurso que inverte valores e postula a explicação por baixo, um discurso que se manifesta na dimensão histórica (FOUCAULT, 2005, p.63). Na mesma medida, a sociedade começa a (re) formular idéias ou, contrariamente, buscar essencializar seus conceitos, virando cenário para embates de identidades diferentes e “verdades” divergentes.

A mídia, assim como o cinema ou a música, reflete a representação que o sujeito faz de si ou que anseia. O comercial de um perfume, por exemplo, realça o poder de sedução e presença marcante de quem o usa, deixando implicitamente estabelecido que o sujeito Já é o indivíduo bem-sucedido, desde que seja esse consumidor. Igualmente, a visão da mulher produzida pela TV Globo, especialmente da mulher negra, representa estereótipos ligados à facilidade de prazeres sexuais, pobreza e analfabetismo; papéis sociais de segundo plano.

Esteve em reprise até março/13 uma telenovela intitulada de “Da cor do pecado”, na qual uma jovem negra “deveria” ser protagonista. Deveria, mas não é já a partir do título, que endossa a posição de sedução que induz o outro a “pecar”; no enredo seu personagem depende emocionalmente do mocinho e, embora, afirme ser uma mulher do “povo” e batalhadora, passa a encarnar a “cinderela” dos tempos modernos: jovem negra e bonita apaixonada-se por milionário “desprendido” e se vitimiza por rival decadente. A redenção fica a cargo do homem, a possibilidade de felicidade atrela-se indissociavelmente à figura do “bravo” e não a sua de resiliência enquanto mãe solteira que consegue sobreviver e sustentar sozinha um filho na sociedade em que

vivemos. A representação destacada pelo folhetim subverte (e não por acaso) àquela pretendida pela sua propaganda ao destacar não a identidade de resistência, mas a de mulher frágil que suporta angústias e abandono, em nome do amor.

[...] a televisão tornou-se o mais poderoso cúmplice do nosso maior tabu, a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, nesse período pós-moderno em que as relações virtuais assumem grande relevância no imaginário social, os esforços das lideranças negras em dar difusão ampla às suas propostas tenderão a ser desarticulados pela inoperância e apatia provocadas pela falta de uma identidade étnica afro-brasileira (ARAÚJO, 2000, p.77).

O autor acima citado, ao abordar os estereótipos sobre o negro na televisão brasileira, salienta que a ambiguidade e a invisibilidade do negro na programação televisiva demonstram a dificuldade dessa mídia em incorporar uma identidade multiétnica (ARAÚJO, 2010, p. 85): ora se apóia no escravo resignado ou brutal; ora imagina a mulher negra como escrava imoral e sedutora ou como a “mãe bonachona” e quituteira. Diante dessas imagens a identificação social para o sujeito negro fica prejudicada por não apresentar elementos de destaque ou referência positiva de sua estética ou cultura.

O conceito de identificação (HALL, 2011, p.106) pode ser explicado através de duas abordagens: uma visão naturalizada, do senso comum, como sendo partilhado por todos e que possuam uma origem comum, ou, como algo em processo, que trata da abordagem discursiva como nunca completada.

Assim, os aparelhos de poder, ao definirem as estratégias de sujeição, ligam-se diretamente à formação do sujeito a partir de uma multiplicidade de sujeições. Foucault (2010, p.52) nos diz que é necessário ultrapassar a teoria totalizadora do sujeito cognoscente e central para compreender os procedimentos de dominação que efetivam as relações de poder. Noutras palavras, deve-se buscar questionar os efeitos de sujeição e suas técnicas, além da heterogeneidade de técnicas propriamente ditas. Dessa maneira, é possível entender como as relações de sujeição forjam sujeitos, de que maneira os operadores de dominação apóiam-se reciprocamente entre si e desvelar os instrumentos técnicos que fomentam as relações de dominação.

O sujeito, portanto, demarca seu lugar considerando a sua posição histórica e cultural, sua inserção nas comunidades global e local. A identidade cultural pode ser compreendida pelos movimentos e embates do “já vivido” com o devir. Para Hall (2011), o resgate do passado na formação da identidade não deve estar atrelado a “uma” verdade; ele deve ser encarado como um processo de constante transformação, pois que apropriado de diferentes formas. Não há, portanto, uma identidade fixa que determine o

lugar do sujeito dentro das relações sociais; as representações de si são flexíveis e se relacionam com papéis sociais vivenciados.

[As identidades] tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Tem a ver não tanto com as questões “quem somos” ou “de onde viemos”, mas muito mais com as questões “quem podemos nos tornar”, como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representara nós próprios” (HALL, 2011, p.109).

O discurso, que produz as possibilidades de transformação da população negra através da experiência acadêmica, situa a identidade negra em seu interior, podendo gerar a busca pelo devir, pelo reforço no sentimento de pertença e pela representação positiva de si. É um discurso novo que pode ir da resistência ao projeto político de inserção. Entretanto, a universidade também produzirá seu discurso pelas lentes dos já “estabelecidos” e então a busca pelos “seus” direitos virá de ambos os lados. Neste ambiente as “verdades” serão reivindicadas pelos sujeitos que estarão ligados inescapavelmente por uma relação de força (FOUCAULT, 2005, p. 63).

A unicidade que atua por dentro do processo de construção das identidades faz com que a academia reclame uma história que confirme suas posições de dominação, reivindicando para si ou para seu grupo a reafirmação de suas legitimidades. Isso também ocorre com as relações protagonizadas pelos estudantes cotistas e não-cotistas na universidade, que estão situados em lados diferentes e que articulam suas identidades no continuum histórico-social. A diferença, que perfaz esse paradoxo que é a identidade, é destacada a cada momento, seja na ideia de confronto de partes opostas, seja na “aceitação” da inclusão, não pelo reconhecimento da igualdade, mas pelo relevo das diferenças.

Os alunos cotistas da UEPB afirmam, em sua totalidade, que não sofreram discriminação por sua condição e que não percebem tratamento diferenciado pelos colegas ou pelos professores. Entretanto, em suas falas podemos observar que os que entraram na universidade através das ações afirmativas não “gostavam” de se apresentar como tal por considerarem “desnecessária” a exposição de seu ingresso. Fica demonstrada, a partir de suas falas, a interlocução da sua condição de cotista com o discurso ainda hegemônico da universidade no qual “todos são iguais”. O reconhecimento de sua inserção num local tipicamente elitista passa negligenciado, vez que o processo identitário não se caracteriza como “de resistência” ou de “projeto”, mas de legitimação dos aparelhos de saber a que Foucault (2005) se referiu.

No começo é que era mais chato porque todos queriam saber quais eram os alunos das cotas, ficavam comentando e de certa forma, eu me *envergonhava* com isso.

Mas a relação hoje *não foi desproporcional ou então um preconceito que me impedisse de me aproximar dos outros*. É uma relação normal: me tratam com igualdade, com respeito. Fui conseguindo meu espaço (ALUNO COTISTA/UEPB-NONATO).

O sentimento de vergonha narrado pelo aluno ilustra a posição-de-sujeito dos “estabelecidos”, que julga e compara, sentindo-se melhores e superiores que os “de fora”. Seus comportamentos baseiam-se no preconceito firmado nas relações intersubjetivas, mas que não se configura, no entendimento do aluno em questão, como impedimento para a convivência cotidiana, já que supõe ser tratado com igualdade e respeito. Outra questão contida nesse discurso aborda a ambigüidade no uso dos termos preconceito/igualdade. Ela aponta para a reificação da identidade subalternizada, naturalizada em sua representação sob o signo da diferença. Como já dito por Hall (2010) essas unidades identitárias são construídas no jogo de poder e ilustram constantemente as posições de mando e de subordinação, afirmando pela diferença a pretensa relação igualitária. O aluno cotista Marcos assume a exclusão a que eles (cotistas) estão expostos diariamente na vivência universitária “neutralizando”, porém, as práticas de significação e os significados atrelados a essa prática.

3. PARA ALÉM DA DIFERENÇA: IDENTIDADE QUE SE FAZ NA DESIGUALDADE

A partir do entendimento sobre a diferença (com a aceitação que ela é marcador fundamental no processo de construção de identidades) a sua leitura pode ser tomada através de duas posições distintas, a saber: diferença constituída sob o modelo negativo ou entendida como característica da diversidade. O primeiro entendimento, geralmente associado à visão essencialista da identidade, destaca a exclusão, assumindo determinada hierarquização dos sujeitos sociais. É pela classificação que a diferença apresenta-se em nossa sociedade. Quando a diferença é considerada como possibilidade de diversidade os marcadores simbólicos atrelam-se à visão fluida e processual da identidade (WOODWARD, 2011, p. 50).

A situação de preconceito mencionada pelo aluno cotista ilustra a diferença tomada pela exclusão, a partir de uma oposição binária na qual há sempre um elemento de maior poder em relação ao outro (FOUCAULT, 2007). As oposições clássicas e reducionistas como homem/mulher, claro/escuro, bom/mau, forte/fraco, branco/negro depositam no primeiro elemento mais que a diferença em si: apresentam a inferioridade do segundo termo, conectando a sua existência apenas pela correspondência e

subalternidade em relação ao primeiro termo. Nessa esteira de significações as mulheres e os negros, por exemplo, estariam confinados em papéis secundarizados, essencializados em relação aos homens e aos brancos, respectivamente, por representarem socialmente a figura do incapaz e do inferior. A essencialização das identidades é, noutras palavras, a universalização das opressões (HALL, 2011, p. 38).

Dessa forma, as identidades podem ser desestabilizadas e também desestabilizadoras na medida em que estão situadas em diferentes contextos culturais. O controle social e o imaginário, a expectativas de papéis e a sua realização marcam simbolicamente a prática social. As coisas não possuem significados de per si: eles são atribuídos socialmente, através da cultura e suas implicações, nas relações humanas e suas histórias (ELIAS, 1994). Os valores dados a certos papéis sociais são construções produzidas pelos sujeitos em sociedade em relação com a linguagem e seus significantes, diferenciando umas das outras, uns grupos de outros, uns sujeitos de outros.

Nesse diapasão, os sistemas classificatórios possibilitam o acesso a bens sociais evidenciando a intrínseca relação de poder entre os grupos que se posicionam assimetricamente na sociedade (SILVA, 2011, p. 81). Assim que a universidade é vista como “locus” de poder e de prestígio, passa a ser demarcada socialmente como espaço do “nós”, tornando-se “inadequado” para “eles”, que estão situados na parte inferiorizada das interrelações subjetivas. A posição-de-sujeito daqueles que sempre compuseram o cenário acadêmico “dita” quais comportamentos e sujeitos podem pertencer àquele espaço social.

Ao representarmos determinadas posições sociais assumimos ou incorporamos sentidos de nossa prática e sentidos culturais. Embora coexistam num único sujeito várias identidades, que podem ser complementares ou radicalmente excludentes entre si, uma delas pode demarcar a relação entre o social e o simbólico, definindo, a partir de uma manifestação identitária, o “resumo” do sujeito em questão. Na já citada novela global (Da cor do pecado), por mais que a “protagonista” fosse exemplo de resiliência, dadas as múltiplas marginalizações impostas e superadas – ser negra, mulher, pobre e nordestina -, passa a ter suas qualidades subsumidas pelo romance interracial, não conseguindo se afirmar para além do mesmo.

O processo de inserção do sujeito nas relações sociais correlaciona-se com três conceitos fundamentais, porém distintos, que são a identificação, a subjetivação e a identidade (SILVA, 2011, p.74). Cada um desses elementos atua sobre o sujeito e o

perpassa em dimensões e profundidades diferentes. A identificação situa o ator social num plano mais ligado ao inconsciente, articulando os significados às suas escolhas e possibilidades, para num momento seguinte, fortalecer-se enquanto identidade de alguém ou de um grupo. A subjetividade apresenta-se na manifestação dos desejos e identificações; é com ela que os sujeitos, a partir da vivência e relação com o controle social ou aparelhos de saber, filtram as influências e constroem suas identidades.

A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos a nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados aos discursos e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios (WOODWARD, 2011, p. 56).

É importante ter em mente que os sujeitos, embora estejam imersos em discursos ou relações de poder que envolvem diretamente aparelhos de saber, podem tomar “partido de si” e estabelecer identidades diferentes das que lhes são impostas ou produzidas nas microrrelações cotidianas. A globalização, por exemplo, atua incisivamente na tentativa de homogeneizar os comportamentos e consumos, mas, em contrapartida, sua inflexão de “comunidade global” a insere no paradoxo estrutural da resistência ou fixação de identidades nacionais (CASTELLS, 2010).

O que se quer enfatizar é que mesmo o sujeito estando envolvido por apelos diversos, a sua subjetividade pode “recrutá-lo” ou não ao cumprimento de determinados comportamentos, significando, portanto, que as relações culturais não são relações determinantes, assim como as identidades evidentemente também não o são. Há o peso das representações sociais e de seu imaginário, assim como das relações de desigualdade. Dessa forma, a construção de identidades positivas, aqui materializada na pessoa negra, vê-se prejudicada diante das relações desiguais de poder e na reafirmação de uma identidade nacional “miscigenada” que impede a afirmação de sua negritude: impede para não declarar a sociedade racial que já existe no Brasil e não dar espaço para a ratificação de direitos sociais.

O artigo “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu...”, de Edith Piza (2000), discute o processo de formação da identidade branca e não racializada como reflexo da superioridade hegemônica dos brancos, o que nos remete ao processo contraditório e excludente da formação das identidades nacionais. Não se declarar como “branco” implica em considerar-se “regra”, sendo desnecessária a reafirmação de uma identidade que é vivida e representada por um dos lados em questão: o branco atua

como protagonista (consideradas as várias estratégias de “branqueamento” da população e seus aparelhos de saber) e vê seu modelo imitado pela população preta e parda na medida em que “visa a atender à demanda concreta e simbólica de assemelhar-se a um modelo branco e, a partir dele, construir uma identidade racial positivada” (PIZA, 2000, p. 103).

Os alunos cotistas da UEPB corroboram o “modelo branco” ao negarem e existência do preconceito racial no curso de Direito e quando relatam que a convivência com os colegas é “tranqüila” ou “normal”. A relação intersubjetiva entre alunos cotistas e não-cotistas é descrita como uma relação de igualdade e sem preconceitos: *todos* os alunos entrevistados na UEPB concordam que a relação entre seus pares é “boa ou ótima”. O que se vê, portanto, é a naturalização das relações raciais desiguais, uma vez que não são questionadas as posições-de-sujeito ocupadas pelos estudantes. O cotidiano acadêmico torna-se “normal” já que as posições de dominação e de subalternidade são mantidas e reforçadas. Outra pista que confirma a identidade “branqueada” nos é apresentada quando a totalidade dos alunos entrevistados se posiciona contrária às cotas raciais, inclusive aqueles autodeclarados pardos:

As cotas devem dar vaga para as escolas públicas e não cotas para negros, não acho correto não. Porque fora a discriminação que há, o negro não tem menor capacidade do que outra etnia de entrar na universidade. Ele vai ter uma menor capacidade se ele estiver inserido num ambiente de ensino menos qualificado. Eu tenho amigo negro que estudou comigo em escola privada, faz engenharia elétrica, ele concorrendo pelas cotas... A questão não é a cor. Ah, porque sofreram muita discriminação no passado, mas hoje... A questão está no ensino mais defasado (EDUARDO- UEPB).

O aluno cotista se reveste de uma posição subalternizada ao negar as desigualdades a que estão submetidos na academia “normalizando” os marcadores de exclusão. Eles estão classificados como menos preparados, menos cultos, menos capazes: reiteram a figura de inferioridade na hierarquia que se consolida no curso de Direito, “normalizando” as relações sociais assimétricas, já que: “normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa” (SILVA, 2011, p. 83).

O Coeficiente de Rendimento Escolar- CRE- dos alunos cotistas da UEPB totalizou a média de 9.06, superior à média relativa aos estudantes não-cotistas que apresentaram a pontuação de 8.86. A relação de desigualdade que pesa sobre os alunos cotistas não aponta para um déficit acadêmico, já que se apresentaram com maior pontuação; aponta para uma desvalorização de origem, ressaltada a diferença da identidade desses alunos. Eles se constituem não como alunos bem-sucedidos, mas

como alunos que entraram na universidade “pela janela”, parecendo significar pouco ou quase nada o bom desempenho apontado por esta pesquisa.

4. À GUIA DE CONCLUSÕES

Como vimos anteriormente, as identidades só podem ser construídas em processo histórico-social que é demarcado -ou rasurado- pela cultura. Também consideramos que esse processo não se configura como algo pacífico ou democrático: as identidades reclamam para si espaços de poder dentro da sociedade e, para tanto, afirmam-se como modelo superior, como referencial a ser seguido. Nesse sentido, as identidades que são desenvolvidas sob a “sombra” da identidade hegemônica tendem a reproduzir as posições de subalternização e de inferioridade a que estão expostas.

A construção das identidades na sociedade brasileira esteve (está) ligada diretamente aos projetos políticos apresentados pelas elites. Esses projetos, evidentemente, escamotearam a participação da população negra na formação da nação e na sua cidadania.

A política da democracia racial representou grande empecilho na implementação de políticas públicas para a população negra uma vez que, a partir de sua posição-de-sujeito, faz com que não sejam identificadas as hostilidades e preconceitos raciais; por justificar as desigualdades raciais apenas nas questões sócio-econômicas e pela defesa da miscigenação que torna irrelevante a distinção de projetos específicos para aquela população. Aqui estão materializadas a pretensa neutralidade e harmonia multirracial brasileiras, as quais, a partir do projeto “ideal” de sociedade, negligenciam toda sorte de mazelas e discriminações a que foram (são) submetidas a população negra brasileira.

O racismo no Brasil segue sua trajetória de exclusão social do negro, não mais fundamentado na biologia ou na ciência, sobretudo na cultura e na experiência cotidiana da vida privada. Na esfera dos direitos caminha ao apregoar o universalismo e suas garantias formais, pois que não há por que manter direitos particularistas numa sociedade “livre” da discriminação racial. Noutras palavras, o Brasil adota em sua legislação os direitos universais em detrimento da proteção jurídica da discriminação racial.

O mito da democracia racial, no curso de direito aqui pesquisado, encontra-se visivelmente presente nas relações entre seus pares –alunos cotistas e não cotistas- e nas relações entre alunos e professores, seja pela “não percepção” da discriminação

racial no ambiente acadêmico ou no seu currículo, seja pela não implementação de políticas sócio-raciais. Na UEPB as cotas não se destinam a suprir a demanda racial por considerar que a inclusão deverá tomar como referência a “condição social” do aluno cotista e nesta perspectiva incluir também o aluno “preto”, na confirmação da analogia na qual pobre é sinônimo de negro. É sabido que esse tipo de entendimento ratifica as desigualdades raciais por não elucidá-las; ao contrário, essas desigualdades, ao ficarem subentendidas, são descaracterizadas pela divisão de “classes” sociais e pelo poder econômico dos usuários daquela política. A unanimidade dos alunos e professores pesquisados na UEPB considera que não há racismo no curso de direito.

Dentre os alunos pesquisados nenhum se autodeclarou como “negro”, definindo-se como “brancos e pardos”, assim como os professores. Dessa forma, a “raça” aparece diluída no continuum de cor no qual aqueles que são “mais claros”, mesmo com ascendência negra, rejeitam a classificação. O ambiente racial no curso de direito apresenta-se pouco diversificado e seu conteúdo pedagógico ainda liga-se à formalidade dos direitos e sua universalidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Joel Zito. Identidade racial e estereótipos sobre o negro na TV brasileira. IN: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara**. Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: Economia, sociedade e cultura. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. **As palavras e as coisas**. 9ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Em defesa da sociedade**. 4 Tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? IN: SILVA, Tadeu Tomaz da (Org). Identidade e diferença. **A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. IN: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara**. Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da igualdade e da diferença. IN: SILVA, Tadeu Tomaz da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 10 ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2011.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitua. IN: SILVA, Tadeu Tomaz da (Org). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.